

Proposta para a COP21 de Paris, dezembro 2015-08-05

É TEMPO DE CRIARMOS O GRUPO ANEXO 0

Este documento tem o objetivo de apresentar os compromissos e esforços que os povos, nacionalidades e comunidades estão fazendo para a não extração de petróleo, gás ou carvão, como forma de contribuição para evitar o desastre climático.

Junto a esses compromissos está nossa demanda a Convenção Marco das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e aos governos para que reconheçam, respeitem, promovam e protejam este tipo de ações, cuja meta é proteger o clima e a vida no planeta.

O Grupo Anexo 0: uma forma de reconhecimento e respeito a compromissos e esforços reais

A Convenção Marco das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima subscrita na Cúpula do Rio de 1992, dividiu os Estados participantes em dois grupos: **Anexo I**, que são os países industrializados do Norte e aqueles cujas economias estavam em fase de transição; e **Não Anexo I**, que são essencialmente, os países do sul da Terra. Posteriormente foi estabelecido o **Anexo II**, que inclui os membros do Anexo I que devem oferecer recursos financeiros e técnicos para permitir aos países do Sul empreender atividades de redução das emissões ESTABELECIDAS e iniciativas de adaptação. Oilwatch afirma que, desde o século XIX, para os países do Anexo I e II, o MOTOR de desenvolvimento do capitalismo tem sido carvão, petróleo e gás, pelos quais tem sido feito tudo que esteja ao seu alcance para deter qualquer decisão que possa levar a ações concretas e vinculantes para diminuir o consumo destes combustíveis fósseis. Assim, após 20 anos de negociações internacionais, o aquecimento global continua aumentando sem soluções efetivas e reais para freá-lo.

Neste cenário, exatamente, um dos obstáculos foi a influência direta que as empresas vinculadas aos combustíveis fósseis tem exercido sobre as decisões da Convenção. Hoje este setor corporativo faz parte dos que promovem as falsas soluções que exacerbam o aumento do efeito estufa, como são o mercado de carbono, os agrocombustíveis, REDD ou a geo engenharia, e inclusive tecnologias petroleiras, como a Captura e Armazenamento do Carbono (CCS), entre outras. Ao mesmo tempo, expandem OS ALCANCES territoriais em direção às denominadas *novas*

fronteiras: mares profundos e jazidas “não convencionais”, onde se destaca a nociva técnica do fracking.

Como se não bastasse, a limitada visão das Nações Unidas, que concentra-se em impulsionar negociações entre partes, que são Estados, permitiu aos países industrializados do Norte cumprir com suas obrigações climáticas, enquanto que, num cenário injusto e neocolonial, transferem-se suas responsabilidades aos povos e nações do Sul. E é justamente neste lado do mundo onde se encontram a maioria das nações e regiões sub nacionais ou populações, principalmente povos indígenas, camponeses, pescadores ou comunidades tradicionais, que estão se esforçando realmente para proteger o clima, apesar de serem as mais afetadas. São as iniciativas dos povos as que estão sendo deixadas de lado e, em muitos casos, criminalizadas, quando seus esforços para não extrair mais combustíveis fósseis deveriam ser premiados.

Percebemos que, em termos práticos, além dos Estados nacionais, há outros atores determinantes com capacidade e interesse em acelerar as transformações requeridas para a proteção do clima global. Nesse sentido, devem ser reconhecidos pela Convenção da Mudança do Clima, por exemplo, os povos e as nações indígenas, municípios, estados ou regiões sub nacionais e os locais que se empenham para não extrair hidrocarbonetos do sub solo. Portanto, deve ser criado o Grupo Anexo 0, onde se enquadrariam esses povos e territórios, por estarem resolvendo as causas do problema: a adesão aos combustíveis fósseis.

É hora de focar-se na resolução das causas do problema

Principalmente após a Segunda Guerra Mundial consolidou-se a base industrial de um capitalismo direcionado aos combustíveis fósseis, assim como a uma cultura baseada em um padrão de consumo infinito, energético e material, extensivo, expansivo e nocivo.

Além disso, faz parte deste modelo, a expansão da mineração em grande escala e uma agricultura industrial altamente consumidoras de petróleo. Esta adesão aos fósseis não só está afetando o clima, como está provocando doenças degenerativas e mortais a milhões de pessoas, inundando de lixo não degradável o planeta, exterminando centos de culturas tradicionais - deslocando usos e costumes saudáveis e ecológicos – e continua gerando crises econômicas, sociais, políticas, ambientais para a expansão e acumulação do capital. Um capitalismo institucionalizado e global com traços mais decadentes e letais requer uma ação também global que o confronte.

Enquanto os setores corporativo e financeiro decidem quanto petróleo se extrai, onde, de que tipo, quanto se vende e a que preço; e mediante a incapacidade das jazidas “tradicionais” de abastecerem a exponencial demanda dos setores concentrados, a indústria e governos tem avançado nos últimos anos nos denominados “não convencionais”. Com técnicas mais caras e degradantes, como o fracking, procuram manter a dependência dos combustíveis fósseis, fortalecer o processo de acumulação, a apropriação de território, desapropriação e violação dos direitos dos povos.

Deixar o petróleo e outros hidrocarbonetos fósseis no sub solo é a medida mais direta e concreta para conseguir resultados relativos ao clima, assim como para confrontar o capitalismo, a exploração dos seres humanos e a privatização da natureza a nível global.

Em que medida trabalhar cenários e modelos?

Os estados membros da UNFCCC tem como meta adotar em Paris 2015 um novo acordo global sobre a mudança do clima. A retórica indica que será para evitar que o planeta ultrapasse o limite de 2°C de aquecimento em relação à temperatura pré industrial. Este limite marca supostamente a linha entre um clima mutante ao qual podemos nos adaptar e um desajuste climático de conseqüências imprevisíveis e irreversíveis.

Para chegar a esta cifra, tanto a UNFCCC quanto os especialistas do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) tem usado sempre as concentrações de dióxido de carbono como uma medida padrão, enfatizando a *redução* de emissões, mas não a quantidade de hidrocarbonetos fósseis. Falar em quantidades de petróleo, gás ou carvão permitiria visualizar as responsabilidades e as ações necessárias, para evitar a crise climática.

De acordo com as cifras oficiais pode-se perceber que para alcançar um máximo de 2°C de temperatura (cenário RCP2.6 do IPCC), no ano de 2100, teríamos que deixar no sub solo ao menos 2/3 das reservas conhecidas de petróleo, gás e carvão. Portanto, dos 1.700.000 milhões de barris de petróleo que estão debaixo da terra, 1.190.000 milhões deveriam permanecer nela; dos 187 bilhões de metros cúbicos de gás natural, 131 bilhões não deveriam ser extraídos; e dos 892.000 milhões de toneladas de toneladas de carvão, 624.000 devem permanecer em seu lugar. O objetivo agora é decidir onde e como começar a deixá-los no sub solo. Ao usarmos estas cifras não temos a intenção de uma quantificação mercantil, nem que hajam derivações nefastas no mercado de serviços ambientais ou outras formas de *compensação mercantil*, mas uma forma de tornar visíveis as magnitudes dos esforços necessários visando uma civilização pós petróleo.

Isso implica na passagem de um modelo energético de produção centralizado e de grande escala para modelos com energias limpas, renováveis, descentralizadas, diversas, soberanas e ecológicas. Para isto, é necessária uma mudança de concepção sobre a energia, que implica sabermos que tipo, quanta e para quem ela é necessária e uma reflexão sobre as energias nos territórios e para os povos.

Proteção, reconhecimento e incentivos para os países, nações, espaços sub nacionais, localidades e territórios do Anexo 0

As iniciativas qualificadas como parte do Anexo 0 devem ser protegidas e apoiadas com uma série de **incentivos e reconhecimentos internacionais** com base na solidariedade, o intercambio tecnológico sem amarras e a existência de uma dívida ecológica associada ao clima. A criação do Anexo 0, além disso, incentivará novos compromissos e esforços concretos visando enfrentar as causas determinantes da mudança do clima.

Os indicadores destas iniciativas serão:

1. Hidrocarbonetos fósseis conservados no sub solo.
2. Formas de vida baseadas em uma relação de respeito e diálogo com a natureza.
3. Lutas que façam frente à mineração do carvão e de outro tipo por seu impacto no clima e por serem altamente consumidoras de combustíveis fósseis.
4. Passos firmes em direção a um debate sobre o tipo de energias necessárias, para que, para quem, quanta e sobre o exercício de soberania dos povos e territórios.
5. Rejeição aos mecanismos como o mercado de carbono, REDD+ e outros, considerando que são falsas soluções para a mudança do clima.
6. Mecanismos claros da não extração e emancipação de combustíveis fósseis por parte dos povos.

FERRAMENTAS DE AVANÇO

Proteção de povos e territórios:

Deter a criminalização dos que promovem o abandono do petróleo, do gás e do carvão no sub solo, e dos que são ativos defensores das terras e territórios diante da extração de hidrocarbonetos fósseis.

Deter a intervenção de corporações, dos sistemas de repressão dos Estados e da ocupação e invasão de territórios para a extração de

hidrocarbonetos fósseis em lugares onde a população local a rejeite, áreas designadas como reservas naturais ou de alta fragilidade.

Reconhecimento através do estabelecimento de um prêmio internacional

- . Para os que lutam pela não extração dos hidrocarbonetos de suas terras e territórios.
- . Para os que mantenham modelos de soberania energética e alimentar que não dependam de hidrocarbonetos fósseis e que respeitem a natureza.

Incentivos tais como:

- . Intercâmbios tecnológicos
- . Formas de contribuição e apoio diretos, respeitando as soberanias, com diálogos de boa fé e sem transferência de responsabilidades.

Desincentivos tais como:

- . Retirada de subsídios estatais a indústria relacionada com os combustíveis fósseis
- . Retirada de investimentos (*divest* em inglês) em ações, bônus ou fundos de investimento vinculados ao petróleo.

CHAMADO INTERNACIONAL

É TEMPO DE COMPROMISSOS ADVINDOS DOS POVOS!

OILWATCH entende que nenhum país está realmente preparado para suportar uma mudança climática catastrófica. Além disso, as nações que sofrem as piores conseqüências são as que contribuem menos com o aquecimento global, mas frequentemente são as que mais tomam medidas para frear o mesmo. Acreditamos que chegou a hora das Nações Unidas enfrentarem a crise do clima criando, no seio da Convenção de Mudança do Clima, o Anexo 0, como grupo de povos ou nações que são reconhecidas por suas contribuições e como um incentivo para que outros se unam na tarefa de deixar no sub solo os hidrocarbonetos fósseis.

Basta de falar de coisas abstratas como emissões de CO2, falemos de petróleo, gás ou carvão. Vamos nos unir aos compromissos dos povos de não extrair mais hidrocarbonetos fósseis e façamos esforços em nossas organizações apoiando estas iniciativas e lutas de resistência.

Demandamos das Nações Unidas, dos governos nacionais e das organizações e movimentos sociais o reconhecimento, proteção e difusão dos compromissos e esforços verdadeiros que contribuem de forma certa para evitar o desastre climático.

OILWATCH

Julho 2015